

Sayad não vê efeitos negativos

O ministro João Sayad, do Planejamento, declarou ontem, em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, que o congelamento, por 60 dias, das operações ativas das instituições financeiras federais não vai elevar as taxas de juros no mercado, e que a medida não terá nenhum "efeito deletério" para o setor privado. Sobre o congelamento de 10 por cento dos recursos do orçamento fiscal, assinalou que a medida tem a preocupação de evitar gastos públicos incorretos e que não gerará de forma alguma recessão. Interpretou as duas medidas como "uma freada para arrumação da casa".

Sayad se manifestou totalmente contrário à idéia dos reajustes trimestrais de salários. "A trimestralidade tem que ser evitada a todo custo", comentou, acentuando, a seguir, que reajustes acima de 100 por cento do INPC se "constituem em perigoso foco de pressão inflacionária". Sobre a trimestralidade do ajustamento de salários, observou que "os trabalhadores não ganhariam com a medida". E comentou que a questão da mudança da política salarial "é um assunto muito importante", acrescentando que não conhece, no momento, nenhuma estratégia do Governo para tratar o assunto.

O ministro do Planejamento anunciou também que serão feitos "cortes significativos" nos orçamentos das empresas estatais, mas não quis dimensioná-los. Observou que até o final da primeira

quinzena de abril terá um levantamento completo da situação das empresas públicas, o que vai lhe permitir fazer os cortes necessários. Admitiu que será difícil fazer cortes nos investimentos nas áreas, por exemplo, de produção de petróleo, energia elétrica e de siderurgia. Ressaltou, entretanto, que as empresas estatais terão que se tornar mais produtivas.

PIB E PND

O ministro-chefe da Seplan não quis fazer previsão sobre o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano, falou, entretanto, sobre o novo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que a Seplan vai produzir. Ao contrário do terceiro, este quarto plano conterá metas quantitativas. E será um indicativo para o setor privado sobre como o governo está vendo a economia, e suas perspectivas. Até agosto ele estará concluído. Sayad ressaltou a ênfase do novo Governo na tarefa de redirecionar os gastos públicos para aplicações na área social.

MORDOMIAS

Sobre o problema da redução das mordomias, alvo do trabalho de uma comissão especial criada ontem, o ministro do Planejamento disse, após explicar que o organismo terá um prazo de 90 dias para apresentar as suas conclusões, que o assunto é mais de natureza ética do que financeira.